Fotos apresentadas na publicação *Direito à memória e à verdade – A ditadura no Brasil 1964-1985*, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

No alto, manifestação pelas eleições diretas na Praça da Sé, em São Paulo; *Acima*, o general Castelo Branco diante de soldados

CLAREAR o passado, ILUMINAR a cidadania

Jornada em Bauru discute movimentos de resistência à ditadura militar e promove atividades com estudantes e docentes da rede pública para destacar valores como a democracia

Daniel Patire

Entre 14 e 24 de abril, o Observatório de Educação em Direitos Humanos (OEDH) da **Unesp** e o Centro de Estudos Sociais e Políticos: "Nossa Memória, Ninguém Apaga" realizaram a II Jornada de Direitos Humanos de Bauru. Com o tema "Memória, Verdade e Cidadania", o evento debateu a noção de cidadania desde a ditadura militar estabelecida no país, em 1964, passando pela redemocratização, em 1985, até os dias atuais.

Para esse debate, foram organizadas três mesas-redondas, a palestra "Lei da Anistia e Justiça de Transição no Brasil", uma oficina pedagógica (*veja boxe*), atividades artísticas e outras ações. As iniciativas envolveram estudantes e professores do ensino fundamental, médio e universitário, advogados, vereadores, ex-presos políticos e pessoas interessadas.

"Nosso objetivo é amplo", afirma Clodoaldo Meneguello Cardoso, presidente do comitê gestor do OEDH e professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac), Câmpus de Bauru. "Ao debater essa temática, queremos levar os jovens estudantes a uma reflexão sobre sua participação na construção da democracia do país."

O encontro teve a parceria da Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça; do Memorial da Resistência de São Paulo, ligado à Secretaria Estadual da Cultura; da Secretaria Municipal de Cultura de Bauru; do Núcleo de Preservação da Memória Política; entre outras entidades. E recebeu o apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), da Pró-reitoria de Extensão Universitária (Proex), da Fundação para o Desenvolvimento da Unesp (Fundunesp) e de outras instituições da sociedade civil.

Para Gilney Viana, coordenador do Projeto Direito à Memória e à Verdade da SDH, o evento discutiu em momento apropriado temas como direito à memória, à verdade e à justiça, obrigando o Estado a fazer uma autocrítica sobre questões como tortura e desaparecimento forçado. "Retomar o passado é uma maneira de substancializar um presente que valha a pena ser vivido, para construir um melhor futuro", disse durante a abertura do evento.

DIREITO À VERDADE

A jornada foi motivada pelos debates impulsionados pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, que cria a Comissão Nacional da Verdade. A comissão, ainda a ser nomeada pela presidente Dilma Rousseff, deve esclarecer os casos de graves violações de direitos humanos, como torturas, mortes e desaparecimentos forçados, entre 1946 e 1988.

A presidente também sancionou a lei de acesso à informação, em vigor desde 17 de abril, que obriga as instituições a disponibilizar na internet informações básicas, como competência, estrutura organizacional e execução orçamentária, por exemplo. A lei também define que o sigilo de documentos, somente justificável em casos de proteção da segurança do Estado e informações de caráter pessoal, tem prazos definidos: os ultrassecretos, 25 anos; secretos, 15; reservados, cinco. Para requerer acesso a informações públicas, o cidadão não precisará apresentar justificativa e, caso isso seja negado, pode entrar com recurso.

Além da comissão nacional, Estados e municípios devem criar comissões locais para

contribuir com a averiguação de fatos ocorridos e documentos produzidos sob sua jurisdição. Para promover essa discussão em Bauru, no dia 16, foi organizado um debate na Sessão da Câmara Municipal, sobre a implantação da Comissão Municipal de Direitos Humanos, de forma a ser colaboradora da Comissão Estadual da Verdade (CEV). "Queremos um país em que não se prenda alguém por crime de opinião, ou seja, apenas por pensar de forma diferente", diz Antonio Pedroso Junior, diretor do Centro de Estudos Sociais e Políticos.

Fotos Daniel Patire

1 - Reunião da Caravana da Anistia; 2 - Exposição "Arte dos direitos humanos", no Sesc Bauru; 3 – Cardoso: pela reflexão; 4 – Sueli: julgamento de recursos; 5 - Maria Auxiliadora: crítica à lei de 1979

ANISTIA RESTRITA

Com a pressão social, em 1979, o Congresso Nacional aprovou a Lei da Anistia, proposta pelo presidente da República, o general João Baptista Figueiredo. "Aquela anistia não foi a que o povo desejava. Ela não libertou todos os presos, e ainda não puniu os torturadores", salienta Maria Auxiliadora da Cunha, coordenadora geral de combate à tortura da SDH, que participou da mesa-redonda "Mulheres na luta de resistência", no dia 19, na sede da OAB – Bauru.

Os direitos dos anistiados só foram contemplados na Constituição de 1988. Em 2001, foi criada a Comissão de Anistia, para analisar os pedidos de indenização das pessoas impedidas de exercer atividades econômicas por motivação política. Além de julgar o mérito das compensações, o grupo de conselheiros pede desculpas aos cidadãos anistiados ou a seus familiares pelos crimes cometidos pelo Estado brasileiro, segundo Sueli Aparecida Bellato, presidente em exercício da Comissão. "Acreditávamos que haveria cerca de 10 mil ações, mas já recebemos cerca de 70 mil pedidos", diz.

A comissão promove as Caravanas da Anistia, que analisam os pedidos fora de Brasília. E a 58ª Caravana, que pela primeira vez aconteceu no Interior paulista, foi feita durante a jornada. No dia 19, foram julgados 35 casos de perseguidos políticos da região de Bauru. Para o julgamento dos méritos são analisados documentos de órgãos como o Deops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) e a Abin (Agência Brasileira de Inteligência). "Ouvimos também os relatos das pessoas que entram com as ações ou de seus familiares, pois muitos desses documentos trazem informações falsas, usadas para justificar a prisão ou mesmo os laudos de causa de morte", explica Alexandre Drummond, analista do Ministério da Justiça e integrante da Caravana.

DIREITO EM ARTE

O evento teve também uma agenda cultural variada. No prédio do Sesc da cidade, os participantes puderam ver a exposição "Arte dos Direitos Humanos", com curadoria de Oscar D'Ambrosio. O projeto, da Assessoria de Comunicação e Imprensa da **Unesp**, apresentou obras de 25 artistas (veja as obras e vote na melhor em http://www.unesp.br/aartedosdireitoshumanos) inspiradas na versão da Declaração Universal dos Direitos Humanos feita por Frei Beto.

No Teatro Municipal, houve cinco exibições da peça *Filha da anistia*, de autoria dos atores Alexandre Piccini e Carolina Rodrigues, da Caros Amigos Cia. de Teatro de São Paulo. A encenação foi assistida por mais de 2.500 pessoas, em especial 1.250 alunos de 13 escolas públicas da região. Nesse espaço, também foi exposta a 2ª Mostra Itinerante de Fotografias em Direitos Humanos, organizada pelo Observatório. "Para sensibilizarmos a sociedade sobre os direitos humanos, não há melhor instrumento que a arte", conclui o professor Cardoso.

Ainda no Teatro Municipal, foi lançada a segunda edição do livro *Futebol e ditadura* (Editado pelo Centro Cultural Ceará Sporting Club, 161 págs.). A obra traz a história de Fernando Antunes, o Nando, primeiro jogador de futebol anistiado no Brasil. Irmão de Zico, ele foi perseguido por sua participação no Plano Nacional de Alfabetização, quando era professor em 1963. O programa foi considerado subversivo e extinto pelos militares. "Além da história do jogador, o livro apresenta artigos de historiadores, jornalistas e políticos, como Juca Kfouri, que mostram a interferência do regime no futebol nacional", destaca Guilherme Rodrigues, um dos autores da obra.

MAIS INFORMAÇÕES:
www.oedh.unesp.br

OFICINA ANALISA DIREITOS HUMANOS COM PROFESSORES

Durante a Jornada, 64 professores de História de escolas públicas da região de Bauru participaram da oficina pedagógica "Memória e verdade". Elaborada em parceria entre o OEDH, a Diretoria de Ensino – Região de Bauru e o Memorial da Resistência de São Paulo, a atividade buscou aprofundar conceitos dos direitos humanos, como liberdade e cidadania, a partir da temática do golpe militar de 1964. "Nossa preocupação principal foi que o professor pudesse trabalhar a metodologia e o tema em sala de aula, com seus alunos", explica Roseli de Araujo, professora coordenadora do Núcleo Pedagógico da Diretoria de Bauru.

A oficina foi dividida em três momentos. No primeiro, os participantes assistiram e debateram o filme *O ano em que meus pais saíram de férias*, de 2006, que retrata a história de um menino cujos pais são ativistas políticos capturados pela ditadura, em 1970. A professora Rosângela de Lima Vieira, da Faculdade de Filosofia e Ciências, Câmpus de Marília, apresentou aos participantes a memória daqueles anos para construir a história do período.

Em outro momento, o professor Cardoso apresentou e discutiu os valores de liberdade e cidadania expressos nos direitos humanos. Para subsidiar a atividade, os professores receberam vídeos, textos e cartilhas. Cardoso também mostra como a Educação em Direitos Humanos pode ser trabalhada a partir de experiências vividas com atividades simples, que reforçam a diversidade física e de crenças da classe.

Por fim, a pedagoga Caroline Menezes, do Memorial, distribuiu material pedagógico para que os professores trabalhem com seus alunos. Nesse material, há a reprodução de documentos oficiais produzidos e guardados pelo Deops/SP. "Com esse material, o professor pode falar do direito à memória e à verdade, que está em destaque hoje", ressalta Caroline.

"Essa é a ação mais importante da jornada", salienta Cardoso. "Com ela, poderemos multiplicar e trabalhar com os jovens que serão formados em uma cultura de respeito aos direitos humanos."

Daniel Patire

A professora Rosângela conversa com docentes durante a oficina